Formação docente nos planos municipais de educação: planejamento, metas e desafios da política educacional municipal

Teacher training in municipal education plans: planning, goals, and challenges of municipal education policy

Formación docente en los planes municipales de educación: planificación, metas y desafíos de la política educativa municipal

Marinalva Fernandes[1]
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Adriana Malheiros Castro[2]
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Marcos Gomes Pereira [3]
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

RESUMO

Este artigo analisa os avanços e desafios das metas relacionadas ao eixo 4, valorização docente, nos Planos Municipais de Educação dos municípios do território de identidade Sertão produtivo-Bahia, considerando sua relevância para a implementação das políticas educacionais em âmbito local. O estudo inscreve-se na abordagem qualitativa e utiliza como procedimentos metodológicos a análise documental e análise textual discursiva. A investigação examina metas e estratégias relacionadas à formação inicial e continuada de professores, buscando compreender como os documentos incorporam diretrizes nacionais e demandas locais. Os resultados indicam que, embora os planos reconheçam a importância da formação docente para a melhoria da qualidade da educação, ainda persistem desafios relacionados à articulação entre planejamento educacional, políticas de valorização do magistério e condições efetivas de implementação. Evidencia que o fortalecimento das políticas de formação docente constitui elemento central para a consolidação dos objetivos previstos nos Planos Municipais de Educação. Conclui-se que a pesquisa contribui para dar visibilidade a política de planejamento a longo prazo da educação brasileira em todos os entes federados, estimula e encoraja os segmentos que atuam na educação, em particular, os docentes a se engajarem na tarefa política e social de acompanhamento da política educacional, pautando suas lutas na melhoria da qualidade da educação.

Palavras-chave: Formação docente; Planos Municipais de Educação; formação continuada.

ABSTRACT

This article analyzes the progress and challenges of the goals related to axis 4, teacher valorization, in the Municipal Education Plans of the municipalities in the identity territory of Sertão Produtivo–Bahia, considering

[1]Professora do PPGEDUF/UNEB e PPGELS/UNEB, Doutorado em Educação pela PUC/GO. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Avaliação e Gestão (GEPEAG/CNPq). https://orcid.org/0000-0003-4878-7909 email: mnfernandes@uneb.br

[2]Mestranda do PPGEDUF/UNEB - Professora da Educação Básica da rede Municipal de Ensino de Guanambi-BA, membro do GEPEAG/CNPq. Orcid; https://orcid.org/0009-0008-5440-8219 E-mail: adianamalheiroscastro@gmail.com

[3]Mestrando do PPGEDUF/UNEB - Professor da Educação Básica da rede Municipal de Ensino de Guanambi-BA, membro do GEPEAG/CNPq. Orcid; https://orcid.org/0009-0009-2707-8098 E-mail: marcospedagogia@hotmai.com

DOI: 10.5281/zenodo.21371359

their relevance for the implementation of educational policies at the local level. The study is situated within a qualitative approach and uses document analysis and discursive textual analysis as methodological procedures. The investigation examines goals and strategies related to the initial and continuing education of teachers, seeking to understand how the documents incorporate national guidelines and local demands. The results indicate that, although the plans recognize the importance of teacher education for improving the quality of education, challenges still persist related to the articulation between educational planning, teacher valorization policies, and effective conditions for implementation. It shows that strengthening teacher education policies constitutes a central element for the consolidation of the objectives set out in the Municipal Education Plans. It is concluded that the research contributes to giving visibility to the long-term planning policy of Brazilian education in all federated entities and stimulates and encourages the segments that work in education, particularly teachers, to engage in the political and social task of monitoring educational policy, guiding their struggles toward improving the quality of education.
Keywords: Teacher training; Municipal Education Plans; continuing education.

RESUMEN

Este artículo analiza los avances y desafíos de las metas relacionadas con el eje 4, valorización docente, en los Planes Municipales de Educación de los municipios del territorio de identidad Sertão Productivo-Bahía, considerando su relevancia para la implementación de las políticas educativas a nivel local. El estudio se inscribe en el enfoque cualitativo y utiliza como procedimientos metodológicos el análisis documental y el análisis textual discursivo. La investigación examina metas y estrategias relacionadas con la formación inicial y continua de los profesores, buscando comprender cómo los documentos incorporan directrices nacionales y demandas locales. Los resultados indican que, aunque los planes reconocen la importancia de la formación docente para la mejora de la calidad de la educación, aún persisten desafíos relacionados con la articulación entre la planificación educativa, las políticas de valorización del magisterio y las condiciones efectivas de implementación. Se evidencia que el fortalecimiento de las políticas de formación docente constituye un elemento central para la consolidación de los objetivos previstos en los Planes Municipales de Educación. Se concluye que la investigación contribuye a dar visibilidad a la política de planificación a largo plazo de la educación brasileña en todos los entes federados, estimula y alienta a los sectores que actúan en la educación, en particular a los docentes, a comprometerse en la tarea política y social de seguimiento de la política educativa, orientando sus luchas hacia la mejora de la calidad de la educación.
Palabras clave: Formación docente; Planes Municipales de Educación; formación continua.

1 Introdução

A conjuntura educacional brasileira conquista novo contorno a partir do século XXI, no tocante ao planejamento educacional com os planos decenais. A retomada das Conferências, com a inclusão do ente federativo municipal, possibilitou maior visibilidade e engajamento na pauta da educação como direito. Nesse sentido, os Planos Municipais de Educação (PMEs) passaram a ser vistos como instrumentos centrais de proposição de políticas educacionais, envolvendo todos os aspectos, etapas, modalidades, profissionais, gestão e governança. Podemos afirmar que é um marco e uma conquista.

DOI: 10.5281/zenodo.21371359

O Observatório dos Planos Municipais de Educação do Território de Identidade Sertão Produtivo (Opmetisp), sediado no campus XII da Universidade do Estado da Bahia vem acompanhando esse processo desde 2012, tanto no âmbito da extensão como da pesquisa. A cada ano os pesquisadores vinculados ao Opmetisp priorizam uma temática para aprofundamento e reflexão.

Em 2018, elegemos o eixo temático que compreendem as metas relacionadas ao Trabalho e formação docente nos Planos Municipais de Educação no território de identidade Sertão Produtivo[4], realizada no período de agosto de 2018 a julho de 2019, com financiamento da FAPESB. O relatório produzido integrou os trabalhos apresentados na XXIII Semana de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia.

Considerando que em 2025 concluímos a década de trabalho, mesmo que o PNE e os PMEs tiveram seus tempos prorrogados por meio de leis federal e municipais, retomamos os dados gerados em 2018 com o acréscimo dos relatórios produzidos em 2025 com a avaliação da década dos planos decenais de educação com o objetivo analisar os avanços e desafios das metas relacionadas ao eixo 4, valorização docente, nos Planos Municipais de Educação dos municípios do território de identidade Sertão produtivo-Bahia, considerando sua relevância para a implementação das políticas educacionais em âmbito local

A organização para monitoramento e avaliação dos PMEs é feita pelos municípios com a orientação e coordenação do estado, acompanhada pelos Fóruns permanentes de educação em âmbito estadual e municipal. É composta uma equipe com uma coordenação local e vários Grupos de Trabalho de acordo as metas dos respectivos planos. A Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação (ETMA) organiza e acompanha todo processo gerando os relatórios anuais e o da década que são apresentados em audiências públicas convocadas com a finalidade de avaliação do processo.

Essa exposição detalhada justifica para que o leitor/a entenda a importância da participação docente nesse espaço de acompanhamento, avaliação e proposição de política pública voltada a formação e valorização do trabalho docente. É um planejamento de longo

[4] O território de identidade Sertão Produtivo é composto por vinte municípios: Guanambi, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Iuiu, Candiba, Pindaí, Urandi, Caetité, Ibiassucê, Caculé, Brumado, Malhada de Pedras, Livramento de Nossa Senhora, Tanhaçu, Ituaçu, Contendas do Sincorá, Tanque Novo, Dom Basílio, Lagoa Real e Rio do Antônio.

prazo, porém com o acompanhamento anual e faz-se necessário conhecer os documentos que sistematizam essas proposições, PNE, PEE e PME.

Em relação ao Plano Nacional de Educação, Dourado observa que

> [...] é possível afirmar que as Diretrizes do Plano sinalizam políticas educacionais de visão ampla que articulam a universalização do atendimento escolar à melhoria da qualidade, à formação para o trabalho e, também, a uma concepção abrangente de formação e valorização dos profissionais da educação (Dourado, 2017, p.49).

Para que a política seja implantada e tenha eficácia, faz-se necessário o alinhamento dos planos entre-se, sem necessariamente se constituir em uma repetição de metas e estratégias.

2 Caminhos da investigação: abordagem e análise dos Planos Municipais de Educação

De abordagem qualitativa, a pesquisa contempla vinte municípios que integram o território de identidade Sertão Produtivo, na Bahia, com dados provenientes dos Planos Municipais de Educação e dos Relatórios de Monitoramento (2015 – 2025) dos respectivos planos, tendo como foco as metas e estratégias relacionadas ao eixo 4, valorização docente.

No processo investigativo utilizou-se da pesquisa documental por ser os documentos, fontes de investigação, possuidores das propostas de ações educacionais para os municípios envolvidos e "porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural". Além de permitir "acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social" (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p.2). Esse método possibilitou identificar as proposições de políticas públicas direcionadas a temática da pesquisa e estabelecer relações entre os planos no decorrer das atividades desenvolvidas.

A pesquisa bibliográfica possibilitou contextualizar historicamente a existência dos Planos como política educacional no Brasil, assim como construir o referencial teórico que contribuiu para a análise dos dados extraídos dos documentos. Os documentos utilizados na pesquisa constituem vinte Planos Municipais de Educação, dois Relatórios de Monitoria dos PME. Tais documentos foram utilizados como fontes de informação para extrair os dados concernentes às questões orientadoras e posteriormente foram organizadas em quadros próprios para análise.

DOI: 10.5281/zenodo.21371359

Os dados selecionados foram analisados tendo como referência a análise textual discursiva (ATD), “descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado” (Moraes e Galiazzi, 2006, p. 118). Nessa pesquisa essa unitarização acontece com a temática do Eixo 4, valorização docente. De acordo com as pesquisadoras “estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador” (*Idem, ibid*). Após identificarmos essas unidades, passamos a analisá-las em três categorias: formação inicial e continuada, planos de carreira e salários e condições de trabalho docente, de modo a facilitar a compreensão do todo.

Realizada essa etapa, continuamos com o processo de interpretação e construção de sentidos em articulação com as leituras realizadas. Nesse contexto, a pesquisa ganha um grau de relevância, pois a partir de análises criteriosas, referendadas teoricamente, produzimos conhecimentos que, ao serem veiculados, possibilitam aos estudiosos e militantes das políticas educacionais, debates, reflexões e visão crítica do contexto de atuação.

3. A formação docente nos Planos Municipais de Educação

Com base nas leituras realizadas, em especial sobre o Plano Nacional de Educação, observa-se que houve uma ação conjunta em prol da educação, ou ao menos para garantir o direito a ela, para todos os cidadãos brasileiros. A sua importância quanto aos profissionais de educação, onde este tem como uma das metas “promover a integração da formação básica com a formação profissional, com aplicação permanente de políticas que valorizem os e as profissionais da educação” (Dourado,2017).

A importância dessa política pública de planejamento, é abrangente, mas destacamos a importância que possui a elaboração dos planos municipais ao impulsionar o engajamento de vários segmentos vinculados à educação, em especial o segmento docente, no debate sobre a educação pública como direito constitucional. Para formular um plano que garantisse em suas metas e estratégias, a educação como direito em todas as etapas e modalidades, não constituiu tarefa fácil. Haja vista que, o PNE (2014-2024)[5], passou por várias discussões e alterações até tornar-se lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014). As etapas posteriores, implementação, monitoramento e avaliação, também foram complexas. O processo ocorreu em espaços

[5] A lei n 14.934/2024 prorrogou PNE até 31.12.2025. O novo PNE encontra-se em análise no Senado Federal.

diversos, em fóruns, conselhos, conferências, esferas dos poderes legislativo e judiciário, sistemas de ensino, dentre outros. Pois para ter uma real eficácia, grandes são os desafios enfrentados, principalmente em relação a universalização da educação básica obrigatória, conforme aborda Dourado.

> Os desafios relativos à universalização e conclusão com qualidade supõem, também, a articulação interfederativa e processos democráticos de pactuação, além da ação intersetorial, especialmente para promover a busca ativa de crianças que estão fora das escolas. O estreitamento das relações entre escola, família e comunidade também são centrais para que estudantes concluam a etapa com êxito (Dourado, 2017, p. 83).

Para melhor acompanhar a implementação dos planos decenais, utilizou como recurso metodológico a organização do documento em 05 eixos: 1) metas e indicadores, 2) gestão e monitoramento, 3) qualidade e educação, 4) valorização docente e 5) financiamento e governança. Os assuntos relacionados a valorização docente, quais sejam: Formação inicial e continuada, planos de carreira e salários e condições de trabalho docente foram agrupados no eixo 4.

A pesquisa de iniciação científica, desenvolvida em 2018, no âmbito do Observatório dos Planos Municipais de Educação dos Municípios do Território do Sertão Produtivo com financiamento da FAPESB, constatou que os vinte municípios que compõe o respectivo território foram fieis ao proposto pelo PNE, manteve em seus planos municipais as mesmas proposições, com pequenas alterações. Com destaque para os municípios de Caetité e Guanambi. Caetité manteve alinhamento com o PNE, mas especificou os prazos dentro do contexto da política municipal (Caetité, 2015). O município de Guanambi avançou em relação ao PNE no sentido de explicitar o ingresso dos profissionais da educação por concurso público e o cuidado à saúde dos profissionais da educação. Pautas necessárias para a garantia da qualidade e equidade da educação (Guanambi, 2015).

A discussão sobre formação e valorização docente, expressa no Eixo 4 de monitoramento dos Planos Municipais de Educação (PMEs), deve ser compreendida no âmbito

DOI: 10.5281/zenodo.21371359

mais amplo das políticas educacionais voltadas à profissionalização do magistério. A literatura da área tem destacado que a qualidade da educação está profundamente relacionada às condições de formação, carreira e trabalho dos professores. Nesse sentido, o monitoramento dos PMEs dos municípios analisados, por meio dos relatórios, considerou o cumprimento formal das metas e os sentidos políticos e pedagógicos das estratégias adotadas pelos respectivos sistemas municipais de ensino.

Considerando os assuntos abordados no eixo 4, para fins didáticos, analisaremos individualmente, todavia reconhecemos que a sua materialização acontece em uma totalidade.

3.1Formação inicial e continuada

A formação inicial dos professores tem sido historicamente objeto de debates no campo educacional brasileiro, especialmente quanto à articulação entre teoria e prática e à relação entre universidade e escola básica. Para Nóvoa (1992), a formação docente precisa ser compreendida como um processo de construção da identidade profissional, no qual a experiência, a reflexão crítica e o diálogo entre pares ocupam papel central. O autor defende que a formação deve aproximar-se mais do cotidiano da escola, valorizando a dimensão coletiva da profissão docente.

No contexto brasileiro, Gatti (2010) tem destacado que a formação inicial ainda apresenta fragilidades, sobretudo no que se refere à integração entre os conhecimentos pedagógicos e os conteúdos específicos das áreas de ensino. A autora argumenta que as políticas de formação precisam enfrentar a fragmentação curricular e garantir maior articulação entre universidade e redes de ensino.

Constata-se nos relatórios de monitoramento analisados que o município de Guanambi-Ba, possui um quadro docente com mais de 85% com formação em nível superior, mas ainda enfrenta o desafio de atuação de professores em disciplinas e modalidades para as quais não possuem a formação específica (Guanambi, 2025). O município de Caetité, também, se destaca como possuidor de um quadro qualificado, mas muitos professores encontram-se em desvio de função, ministram disciplinas para as quais não foram formados (Caetité, 2015).

A formação continuada, por sua vez, é compreendida como elemento fundamental para o desenvolvimento profissional docente. Segundo Pimenta (1999) a formação continuada deve superar a lógica de cursos pontuais e descontextualizados, assumindo um caráter reflexivo e investigativo, no qual os professores analisam sua própria prática e constroem coletivamente novos conhecimentos pedagógicos.

Assim, no âmbito dos PMEs, observamos que as metas e estratégias relacionadas à formação docente, em sua maioria, não contemplam políticas institucionais permanentes, articuladas às demandas das escolas e aos projetos pedagógicos das redes municipais de ensino. Fala-se de forma genérica, em outras situações propõe parceria com o governo federal, sem especificar. Destacamos o município de Candiba que na estratégia 14.1, diz: "Promover parcerias com as Universidades Públicas e Comunidades Científicas afim de garantir cursos de mestrados e doutorados para os profissionais da educação municipal de Candiba" (Candiba, 2015, p.39). Outros municípios como Brumado, enfatizam a formação continuada para atuar na educação do campo e o município de Dom Basílio apresenta estratégia para a formação continuada de todos os professores em sua área de atuação, mas apresenta uma intencionalidade com a formação continuada direcionada a questões específicas, como: educação do campo, alfabetização e novas tecnologias.

A formação continuada de professores está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 93934/96. A legislação coloca a formação de professores como uma necessidade para o exercício do trabalho e melhores resultados na aprendizagem dos estudantes. O PNE (Brasil, 2014) tem uma meta específica para formação de professores, a qual deve ser instituída nos PMEs e avança em relação a educação integral de tempo integral. Outras diretrizes como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), o Programa Escola em Tempo Integral (Brasil, 2023) enfatizam a educação em uma concepção de formação integral para professores e estudantes.

Diante das demandas e desafios contemporâneos, os pesquisadores e formuladores de políticas públicas de educação, buscam debater, compreender e apresentar possíveis caminhos

DOI: 10.5281/zenodo.21371359

no sentido de melhorar o ensino e a aprendizagem. Na pauta também está a educação integral. As discussões atribuem à escola pública a obrigação de oferecer formação humana integrada aos conhecimentos científicos. A partir desse questionamento, todos os PMEs deveriam propor de forma explícita metas e estratégias voltadas a formação de professores que lhes preparassem para o exercício dessa concepção.

Ademais, a política de educação integral vem sendo amplamente debatida a nível nacional, nesse sentido, as esferas estaduais e municipais que fazem parte da federação devem estar em consonância com as políticas públicas. As rápidas transformações impulsionadas pela globalização e os conglomerados tecnológicos impões desafios às instituições de ensino, o que torna necessário formação continuada, sobretudo a nível universitário, aos docentes.

Embora os PMEs de alguns municípios do Sertão Produtivo indicam promover parcerias com universidades públicas e comunidades científicas afim de garantir cursos de mestrado e doutorado para os profissionais em educação, poucos mencionaram, uma política de liberação para aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação. Ou seja, enquanto se exige que as escolas, por meio dos professores, promovam a educação integral contemplando as dimensões: intelectual, social, cultural, afetiva e corporal, falta valorização e formação docente a estes profissionais.

Muitas mudanças estão acontecendo na política e na sociedade, mas a função social da escola e do professor, ainda continua sendo de medir conhecimento. Para dar conta da diversidade de saberes na educação integral, o docente também precisa de formação integral.

3.2 Planos de carreira e salários

A valorização docente também se materializa na existência de Planos de Carreira e Salários (PCS) estruturados e políticas de remuneração adequadas. A literatura aponta que a carreira docente constitui um dos elementos fundamentais para a profissionalização do magistério.

Para Dourado (2026), as políticas de valorização docente precisam ser analisadas no contexto das disputas presentes nas políticas educacionais contemporâneas, nas quais coexistem perspectivas de valorização profissional e tendências de regulação gerencial do trabalho

docente. Nesse cenário, os planos de carreira devem garantir progressão baseada na formação, na experiência e no reconhecimento do trabalho pedagógico.

Além disso, Oliveira (2004) tem analisado as transformações no trabalho docente nas últimas décadas, destacando processos de intensificação do trabalho e de precarização das condições profissionais. A autora argumenta que a valorização docente exige políticas estruturantes que articulem carreira, remuneração e condições de trabalho, evitando que a profissão se torne cada vez menos atrativa para as novas gerações.

No contexto das políticas nacionais, a instituição do piso salarial profissional representa um marco importante na valorização do magistério, embora sua implementação ainda enfrente desafios em muitos municípios.

Enquanto proposição, os PMEs do território do Sertão Produtivo, incluem como estratégia a garantia da instituição dos Planos de Cargos e Salários e aos municípios que já possuem o plano, propõem fazer a sua revisão, atualizando-o de acordo com a legislação.

Para o município de Sebastião Laranjeiras, dentre os vários aspectos a serem observados na elaboração do PCS é a de que todos os profissionais que atuam na escola possuem um papel educativo independente da função que exerce. Nesse sentido o PCS deve ser para todos os profissionais da educação.

Os vinte municípios que compõe o território de identidade Sertão Produtivo, reproduzem nos seus PMEs a meta 17 do PNE que versa sobre a equiparação do rendimento médio dos professores a outros profissionais de nível superior. Meta não cumprida a nível nacional e também em âmbito municipal. Inclusive, para garantir o pagamento do piso salarial profissional do magistério, assegurado na lei federal nº. 11,738/2008 (Brasil 2008) faz-se necessário a intervenção do movimento sindical.

Fernandes em sua tese de doutorado, defendida em 2015, discorre sobre essa questão. Ao historicizar o processo de validação da lei do PSPN, objeto de judicialização junto ao Supremo Tribunal Federal por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4.167 movida por quatro estados da federação chega à conclusão que “a resistência em cumprir a Lei

DOI: 10.5281/zenodo.21371359

do PSPN não foi de ordem econômica, por falta de orçamento, como justificado no processo, mas de ordem política, comportamento que transparece a não valorização da educação básica pública e a falta de compromisso social para com os que mais precisam" (Fernandes, 2015, p.68).

As políticas relacionadas a valorização docente são conquistadas à custa de muita luta, daí a importância da participação docente no planejamento e acompanhamento dos Planos Municipais de Educação em suas respectivas esferas administrativas.

3.3 Condições de trabalho docente

A valorização dos professores também depende das condições concretas em que o trabalho docente é realizado. A literatura educacional tem enfatizado que fatores como infraestrutura escolar, carga horária, número de estudantes por turma, acesso a recursos pedagógicos e tempo destinado ao planejamento influenciam diretamente a qualidade do trabalho docente.

Segundo Tardif (2014), o trabalho do professor é marcado pela complexidade e pela interação constante com diferentes sujeitos e saberes. O autor destaca que os saberes docentes são construídos na prática e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar, o que exige condições institucionais que favoreçam a reflexão, o planejamento coletivo e a autonomia profissional.

Nessa mesma perspectiva, Frigotto (2000) chama atenção para o fato de que as condições de trabalho docente estão diretamente relacionadas às opções políticas e econômicas do Estado. Para o autor, a precarização do trabalho educacional reflete a lógica de racionalização dos gastos públicos e a subordinação das políticas sociais a orientações de caráter neoliberal.

O trabalhador/a precarizado dentro das escolas tem seu tempo real pedagógico delimitado segundo os critérios e interesses para os quais foram contratados. São tempos incertos, se movem de acordo a ausência detectada na instituição e não de acordo a um planejamento previamente elaborado. Situação que, em muitas circunstâncias, está vinculada à sua condição de subsistência, de pauperização. Como define Fernandes e Orso (2010, p. 9 e

12)

> a pauperização do trabalhador conduz à precarização das suas condições econômicas, sociais e culturais acarretando prejuízos para a manutenção da sua própria vida e de seus familiares e a precarização do trabalho, por sua vez, acarreta a pauperização do trabalhador em sua condição de proletário. [...] Ou seja, a precarização, a pauperização e a proletarização caminham juntas e se inter-relacionam. A precarização docente liga-se à pauperização evice-versa e, ambas, articulam-se à proletarização.

Garantir condições dignas para o exercício da docência é uma condição para o avanço da qualidade da educação nos municípios, o que requer sólido planejamento a curto, médio e longo prazo, com vinculação de recursos e controle social.

4. Articulação entre formação, carreira e condições de trabalho

As pesquisas desenvolvidas nesse âmbito convergem ao constatar que a valorização docente depende da articulação entre diferentes dimensões das políticas educacionais. Formação de qualidade, carreira estruturada e condições adequadas de trabalho são elementos interdependentes, que precisam ser considerados de forma integrada nos sistemas de ensino.

Como ressalta Saviani (2009), a valorização do professor é condição indispensável para a construção de um sistema educacional comprometido com a democratização do conhecimento e com a garantia do direito à educação. Nesse sentido, os PMEs constituem instrumentos estratégicos para institucionalizar políticas de formação e valorização docente no âmbito local.

Assim, o monitoramento do Eixo 4 dos PMEs, de acordo acompanhamento do Opmetsp, revela avanço, ainda que insatisfatório, no cumprimento das metas estabelecidas, mas, as tensões, embates e limites das políticas de valorização docente nos municípios, permitindo compreender como essas políticas se concretizam no cotidiano das redes públicas de ensino.

Para ilustrar, registramos o embate ocorrido entre o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e a Secretaria Municipal de Educação de Guanambi ao propor a revisão do Plano de Carreira do Magistério, Lei nº 1.089 de 10 de novembro de 2016 (Guanambi, 2026), retirando direitos conquistados, sem ouvir a categoria, alegando que o plano deve passar por

DOI: 10.5281/zenodo.21371359

atualizações para garantir equilíbrio orçamentário e aprimoramento, deixando evidente a alteração em artigos que foram, no passado, objeto de muita luta e conquista dos profissionais da educação, que agora sofre fortes ameaças de serem retirados, sem ao menos a apresentação plausível de argumentos.

O Sindicato levantou-se na defesa da continuidade do Plano, uma vez que, a época de sua elaboração, os anseios e necessidades da categoria, se expressaram por meio da participação coletiva, para a garantia da valorização da carreira docente, por acreditar que "as ações desenvolvidas pelo movimento sindical docente contribuem para alterar as relações unilaterais, até então estabelecidas (Fernandes, 2015, p. 126).

Nesse sentido, o sindicato tem medido forças com a gestão municipal, que desde a aprovação do Plano de Carreira não o tem cumprido em sua integralidade, deixando muitos direitos adormecidos e negligenciados, acarretando à categoria prejuízos significativos à valorização de sua carreira, os quais têm-se arrastado a anos. Fazer alteração no Plano de Carreira, sem discutir com a representação da categoria é uma afronta, assim como, o não cumprimento na sua totalidade.

Dessa forma, o sindicato tem utilizado a via da judiacialização para a materialização total do Plano de Carreira, tendo em vista que o município entrou com uma ação de Inconstitucionalidade (ADI) do Plano de Carreira, diante disso, a entidade sindical realizou diversas ações: a) procurou por diversas vezes o poder legislativo Municipal, para que intervenha em favor dos profissionais da educação e também sugira ao Executivo a retirada da ADI; b) mobilizou a categoria dos profissionais da educação para recorrerem judicialmente para impedir a continuidade da ação; c) fazer pressão junto ao Executivo Municipal, por meio de manifestações e negociações a retirada da ADI.

Assim, o Sindicato como instituição democrática de participação e de organização coletiva tem desempenhado o seu papel na defesa da garantia dos direitos de seus associados com responsabilidade e consciência política de que a materialização de políticas públicas educacionais passa pelo crivo da participação democrática e da representação, entendo que a articulação entre formação, carreira e condições de trabalho são elementos indispensáveis ao bom desenvolvimento da educação que atenda aos requisitos da formação humana, para além do mercado de trabalho.

5 Conclusões

A investigação desenvolvida nesse estudo teve como objetivo analisar os avanços e desafios das metas relacionadas ao eixo 4, valorização docente, nos Planos Municipais de Educação dos municípios do território de identidade Sertão produtivo-Bahia, considerando sua relevância para a implementação das políticas educacionais em âmbito local

Por meio da ATD elegemos três categorias que possibilitaram a análise da temática dentro dos PMEs tendo como foco o objetivo e entrecruzamento de ideias com os autores selecionados.

Os dados analisados evidenciam que a temática da valorização docente que compreende as dimensões do tempo, salário e formação estão presentes nos PMEs, todavia há um descompasso entre os municípios. Uns avançam mais que outros. Obviamente que as realidades que os constituem são distintas, principalmente no que tange ao acompanhamento e controle social das políticas educacionais, com a participação, ou não, do sindicato docente. Outro aspecto evidenciado diz respeito à educação integral que, mesmo estando explicitada na meta 6 do Plano Nacional de Educação e replicada em todos os vinte PMEs, não houve direcionamento para garantir formação continuada para preparar os profissionais da educação para implementar e/ou qualificar a oferta dessa concepção de educação, tão necessária e urgente no mundo atual.

Esses resultados permitem afirmar que o modelo instituído por meio da ETMA é importante, constitui um avanço. Todavia esbarra no limite dos dados, uma vez que os membros que integram os grupos de trabalho não dispõem de tempo disponíveis para geração dos dados. Sem dados coesos, ficam comprometidas a interpretação e a análise.

A pesquisa contribui para dar visibilidade a política de planejamento a longo prazo da educação brasileira em todos os entes federados, estimula e encoraja os segmentos que atuam na educação, em particular, os docentes a se engajarem na tarefa política e social de

DOI: 10.5281/zenodo.21371359

acompanhamento da política educacional, pautando suas lutas na melhoria da qualidade da educação.

Por fim, destaca-se a importância da continuidade da pesquisa, tendo em vista a aprovação e implementação dos novos planos decenais de educação.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, dezembro, 2018;

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova Plano Nacional de Educação –PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 16 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.640,** de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei no 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm. Acesso em: 5 Jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta o art. 212-A, caput, inciso XII, da Constituição, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11738-16-julho-2008-578202-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em dez 2024

CAETITÉ. **Lei municipal nº 789/2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Caetité. Caetité, 2015

CANDIBA. Lei nº 260, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Candiba. **Diário oficial da prefeitura Municipal de Candiba**, Ano III, n. 237, 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes: **Plano nacional de educação**: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. ANPAE, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 449-463, 2016.

FERNANDES, Hélio Clemente; ORSO, Paulino José. O trabalho docente: pauperização, precarização e proletarização. In: **JORNADA DO HISTEDBR**, 9., 2010, Belém. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/cer_histedbr/jornada/jornada9/_files/PyzH1GvQ.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025

FERNANDES, Marinalva Nunes. Fernandes. Tempo e salário: as contradições da lei do piso salarial profissional nacional do magistério. **Tese (doutorado)** – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

GUANAMBI. Lei nº 951 de 17 de junho de 2015 - Plano Municipal de Educação. **Diário Oficial** do Município de Guanambi - Bahia Ano VII, nº 953, 17 de Junho de 2015

GUANAMBI. Lei nº 1.089 de 10 de novembro de 2016. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal de Guanambi, Estado da Bahia. **Diário Oficial** do Município de Guanambi – Bahia, Ano VIII, nº 1292, 11 de novembro de 2016

GUANAMBI. Documento de avaliação do PME Guanambi/Ba década – 2015 – 2025. **Diário Oficial** do Município de Guanambi – Bahia, Ano XVII, n º 3544, 30 de dezembro de 2025

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

SÁ-SILVA Jackson Ronie, ALMEIDA Cristóvão Domingos de e GUINDANI Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,** Ano I - Número I - Julho de 2009.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DOI: 10.5281/zenodo.21371359